



FÓRUM

FAAP '22

Alto Comissariado das
Nações Unidas para Refugiados

ACNUR



GUIA DE ESTUDOS / *STUDY GUIDE*

De 07 a 10 de setembro de 2022

São Paulo

faap.br/fórum

forumfaap_gestao@faap.br

Whatsapp: (11) 3662-7445



FAAP

CONSELHO DE CURADORES

Presidente

Sr^a. Celita Procopio de Carvalho

Integrantes

Dr. Benjamin Augusto Baracchini Bueno

Dr. Octávio Plínio Botelho do Amaral

Dr. José Antonio de Seixas Pereira Neto

Sr^a. Maria Christina Farah Nassif Fioravanti

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Dr. Antonio Bias Bueno Guillon

ASSESSORIA DA DIRETORIA

Assessor Administrativo e Financeiro

Sr. Tomio Ogassavara

Assessor de Assuntos Acadêmicos

Prof. Rogério Massaro Suriani

CENTRO UNIVERSITÁRIO ARMANDO ALVARES PENTEADO

Diretor-Geral

Prof. Rogério Massaro Suriani

Coordenação dos cursos de Relações Internacionais e Economia

Prof^a. Fernanda Petená Magnotta

Prof. Paulo Dutra Costantin

Fórum FAAP de Discussão Estudantil - Coordenação

Prof. Victor Dias Grinberg

Queridos delegados,

É com imenso prazer que damos as boas-vindas aos senhores à edição XVIII do Fórum FAAP, assim como ao Comitê do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Encontramo-nos extremamente honrados em recebê-los nesse Comitê, cujo foco são os refugiados, deslocados e apátridas ao redor do mundo. Desejamos que seja uma experiência incrível, de discussões produtivas e empolgantes. Estamos extremamente esperançosos de que os senhores terão um desempenho extraordinário.

Gostaríamos, portanto, de nos apresentar:

Primeiramente, me chamo Felipe Bittencourt, sou aluno do sétimo semestre de Relações Internacionais e participarei pela sexta vez do Fórum FAAP. Participei anteriormente como delegado, staff, rapporteur e diretor acadêmico. Acredito que o tema a ser debatido nesta edição deve ser prioridade em pautas internacionais, uma vez que a questão dos refugiados é sensível ao redor do mundo por diversas motivações e fatores. Assim, ganha relevância debater como podemos amenizar os impactos negativos desses fluxos migratórios.

Também aluna do sétimo semestre de Relações Internacionais na FAAP, meu nome é Giovana Gagliardi e minha trajetória nesse evento teve início na edição XVII, na qual atuei como staff acadêmica na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU); na 1ª edição do Fórum FAAP fui Vice-Secretária Geral para Assuntos Sociais e Econômicos; e na 2ª edição fui diretora do DPKO. Finalmente, na XVII edição do Fórum FAAP, participei como diretora do Comitê ONU-Mulheres. Estudar os refugiados sempre foi uma grande paixão para mim e, desse modo, estou extremamente feliz em fazer parte desse Comitê e trabalhar junto aos senhores para pensarmos em soluções para esse tópico tão complexo e relevante.

Assim como Felipe e Giovana, sou aluno do sétimo semestre de Relações Internacionais da FAAP e me chamo Manuel Carlos. Comecei minha jornada no Fórum FAAP em 2021, na sua XVII edição, participando como rapporteur no CSNU. Nesta edição, atuei pela primeira vez como diretor acadêmico. Tenho certeza de que será uma grandiosa experiência para todos nós pois, juntos, iremos aprender muito, evoluir e, acima de tudo, nos tornarmos seres humanos melhores e mais preparados para a vida.

Terminando a composição da mesa diretora, sou Leticia Bertini Bueno e estou no quarto semestre de Relações Internacionais na FAAP. Ano passado participei pela primeira vez do Fórum FAAP como rapporteur e estou muito honrada em poder atuar como diretora acadêmica do ACNUR esse ano. Estou certa de que juntos faremos deste o melhor Fórum FAAP de todos, com discussões recheadas de conteúdo e muito aprendizado.

Este ano contaremos com um rapporteur para ajudá-los com a formatação e elaboração dos documentos de trabalho e com a proposta de resolução. Quem realizará essa função é o José Víctor Cassias, do terceiro semestre de Relações

Internacionais, que terá sua primeira experiência no Fórum FAAP e se preparou com afinco para auxiliá-los com as questões relacionadas aos documentos. Ele está ansioso

O tema do nosso Comitê será “A Crise Migratória no Afeganistão” e, dessa forma, estamos convictos que as discussões que ocorrerão durante esses dias serão extremamente especiais por tratarem de um assunto tão importante e atual e, embora não reflitam em mudanças reais, podem se tornar o ponto de partida para que um dia vocês as implementem.

Ademais, desejamos a todos um proveitoso estudo! E os esperamos em breve, com a certeza de seu engajamento pelo debate e pelo tema, nos colocando à disposição em caso de qualquer eventual necessidade.

Até breve,

Felipe Bittencourt

Giovana Gagliardi

Leticia Bertini Bueno

Manuel Carlos

José Victor Cassias

HISTÓRICO DO COMITÊ

Em se tratando de refugiados, temática que será abordada arduamente pelo nosso Comitê, consideramos uma importante definição elaborada e publicada na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951. De acordo com essa Convenção, um refugiado é uma pessoa “que em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e fora do país no qual tinha sua residência habitual e que, em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”.¹ Esse cenário se deu, principalmente, por conta da Segunda Guerra Mundial, onde o mundo todo foi completamente impactado e devastado pelo conflito. Consequentemente, inúmeras crises migratórias foram geradas ao redor do mundo, especialmente na Europa e na Ásia, fazendo com que diversos povos migrassem para outros países temendo uma retomada dos conflitos, ou fugindo da catástrofe econômica e social que assolava seus países em decorrência de praticamente seis anos de guerras ininterruptas.

Por conta das nefastas consequências da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), fundada na conferência de São Francisco (Califórnia) em 1945 para substituir a fracassada Liga das Nações no âmbito internacional de gerenciamento de crises humanitárias, conflitos, defesa da autodeterminação dos povos e a soberania dos países que aceitassem fazer parte da organização internacional, criou diversos braços e organizações que a ajudassem a solucionar, ou ao menos, mitigar as crises e conflitos que foram herdadas dos anos de guerras. Uma dessas instituições nascidas da ONU, que possuía um caráter temporário para lidar com a crise humanitária

de refugiados que afetava todo o mundo, foi a Organização Internacional para Refugiados (OIR), fundada em 1946. A OIR tinha como principais funções alocar voluntários dentro dos campos de refugiados espalhados pelo mundo, para, dessa forma, buscar por pessoas que eventualmente precisassem de ajuda em trajetos arriscados e duvidosos, muito utilizados por migrantes naquele período, por conta de toda a insegurança gerada pelo fim da guerra. Contudo, o órgão acabou tendo suas atividades encerradas no fim da década de 40 e todas as suas funções e atividades foram absorvidas pelo novo organismo que ficou encarregado dessas questões: o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O ACNUR foi fundado em 1950, tornando-se a principal instituição da ONU no que diz respeito à ajuda aos refugiados, dando assim continuidade às políticas da OIR que possuíam esses indivíduos como foco. Além disso, ficou responsável por promover a criação, inovação e constante implementação dos direitos dos refugiados dentro do Direito Internacional, tanto público como privado, para proteger todos os direitos desses indivíduos em estado de locomoção de um país ao outro, além de incentivar políticas públicas eficientes que façam com que essas pessoas sejam incluídas na sociedade dos países que as recebem, tanto economicamente falando, como através de moradia, educação e serviço de saúde de qualidade.

Desde 1950, o ACNUR transformou-se no órgão mais atuante sobre a temática em todo o mundo, tendo ganhado diversos prêmios ao longo do século XX por sua atuação exemplar em diversas crises migratórias, sejam elas em decorrência de conflitos armados, catástrofes naturais ou até perseguições políticas ou religiosas.

Um grande marco da atuação do ACNUR se deu em 1956, ano da revolução húngara, quando a população da Hungria, insatisfeita com a

1- Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), Capítulo 1 Art. 1º.

situação política, social e econômica do país, passou a desejar sair do Pacto de Varsóvia. Se isso ocorresse, seriam grandes as chances da União Soviética (URSS) colapsar, uma vez que poderia motivar outras nações a deixarem também o Pacto de Varsóvia, gerando, potencialmente, inúmeras revoluções ao redor da Europa Oriental. Para evitar essa situação, a URSS respondeu à revolução de forma extremamente agressiva e derrotou os revolucionários húngaros. Após o fracasso da Revolução Húngara, o país ficou marcado pela primeira onda migratória de refugiados ocorrida durante a Guerra Fria. Estima-se que ao menos 200 mil húngaros se deslocaram ao redor da Europa buscando melhores condições de vida. Como esse evento ocorreu apenas seis anos após a fundação do ACNUR, ele acabou sendo a primeira grande crise migratória com a qual a organização teve de lidar, servindo, conseqüentemente, como modelo de como passariam a lidar com os refugiados em crises futuras.

Contudo, o processo de descolonização e independência de alguns países africanos ao longo da década de 60, 70 e 80 foram, sem dúvida, os eventos no qual o ACNUR mais atuou de forma principal, tendo tido relevância total pelo bem-estar dos migrantes, imigrantes e refugiados que surgiram em decorrência desses complexos processos, que nem sempre terminavam bem. Estima-se que o órgão da ONU deu assistência a mais de 18 milhões de refugiados concentrados no continente ao longo de três décadas. O ACNUR tinha como principais funções e atuações garantir o fornecimento de medicamentos, assistência médica profissional, alimentos, água, educação e segurança para todas as pessoas concentradas nos campos de refugiados.

No que diz respeito ao apoio que o ACNUR recebe, principalmente social e financeiro, o organismo

da ONU passou a utilizar de forma eficiente e precisa as redes sociais, atraindo assim, diversas personalidades populares para alavancar ainda mais as arrecadações financeiras através das mídias, mas, principalmente, elevando sua popularidade entre a população civil e trazendo uma maior visibilidade, confiança, crédito e quantidade de doações anônimas recebidas pela instituição. Para melhor ilustrar esse aumento no orçamento ao longo dos últimos anos vale mencionar que em 1950 seu orçamento não passava de 300 mil dólares. Hoje em dia, após essa melhoria e maior visibilidade através das mídias sociais, seu orçamento anual ultrapassou US\$ 7 bilhões, a partir de doações realizadas por países, indivíduos ou instituições privadas

Atualmente, o ACNUR auxilia cerca de 67 milhões de pessoas no mundo e possui mais de 460 escritórios espalhados por 130 países, com quase 12 mil funcionários alocados por todo o globo. O ACNUR atualmente está concentrando suas atuações principalmente nas crises migratórias do Níger, Líbia, Afeganistão, Síria, Congo, Iêmen, Sudão do Sul, Venezuela, Burundi e América Central.

ESCOPO DE ATUAÇÃO

Dada a importância internacional atribuída ao ACNUR, juntamente com o destaque global que a crise dos refugiados garantiu ao tema, não é necessariamente uma surpresa que as funções e áreas de atuação deste organismo sejam bastante abrangentes. De maneira geral, algumas diretrizes foram estabelecidas para definir de qual forma os recursos serão mobilizados, além do escopo de atuação deste Alto Comissariado, sendo estas: a proteção dos direitos humanos dos refugiados; a promoção de soluções efetivas e duradouras; a realização de campanhas de conscientização e advocacy e o incentivo à cooperação e inovação. Por fim, vale

a pena ressaltar que o ACNUR possui pessoal especializado em alguns temas mais específicos, como as mulheres, as crianças e as próprias crises causadas pelas mudanças climáticas.

Nos aprofundaremos, desse modo, em cada uma dessas diretrizes para definir mais precisamente como elas funcionam na prática. Começaremos pelo tema da “proteção dos direitos humanos”, que é uma das tarefas mais desafiadoras para o organismo, uma vez que se baseia em ações, diretas ou indiretas, que garantam que os refugiados, assim como os apátridas, tenham condições mínimas de sobrevivência, principalmente em populações refugiadas que dispõem de pouco ou nenhum acesso a condições adequadas de saneamento básico.

Estas ações, caso sejam diretas, são caracterizadas no auxílio para o transporte de alimentos e mantimentos para locais de difícil acesso, e se necessário, fornecimento de cuidados médicos e abrigos nestas áreas; no deslocamento das próprias pessoas em risco para um local mais seguro; campanhas de conscientização; arrecadação de fundos para a causa dos refugiados, incluindo campanhas para o incentivo de doações. No que tange às ações indiretas, são incluídas especialmente alternativas jurídicas, bem como a promoção da revisão de legislaturas nacionais para garantir que os direitos humanos sejam seguidos, o apoio direto e indireto a grupos de direitos humanos; centros de ajuda a refugiados ou mesmo órgãos governamentais responsáveis.

Sobre as “soluções efetivas e duradouras”, estas se baseiam no princípio de que, eventualmente, os refugiados terão de viver de forma autônoma, mesmo que fora de seus países natais. Para isso, o ACNUR incentiva diversas práticas como, por exemplo, a integração local, ajudando os recém-chegados a se adaptarem à nova vida no país

receptor, desde ajudá-los com a obtenção da nacionalidade em questão, até a integração cultural propriamente dita. Ajudar no reassentamento, que basicamente é o auxílio na transferência segura dos refugiados até um local no qual seus direitos humanos sejam respeitados e sua vida possa ser possível e, também, na repatriação voluntária, que resumidamente visa ajudar os refugiados a voltarem para seus países de origem. Para tornar isso possível, contribuem com algumas resguardas jurídicas, como a assistência monetária e o reencontro com seus familiares.

No que diz respeito às “campanhas e advocacy”, pode-se dizer que são práticas que visam, principalmente, conscientizar a população, e em especial os Governos, sobre a causa dos refugiados e as situações críticas que eles são submetidos na grande maioria das vezes. Embora as campanhas já façam parte do tópico que trata sobre a salvaguarda dos direitos humanos, estão mais focadas em informar a população em geral e seus Governos, lembrando e reforçando as normas do Direito Internacional no tangente aos refugiados.

O “advocacy” é a pressão e a barganha que o Alto Comissariado realiza nas instituições com as quais busca resultados. Esta pressão pode ser realizada de diversas maneiras, indo desde o uso da grande imprensa e das mídias sociais para que sua mensagem ganhe destaque, expondo publicamente as falhas identificadas em determinados países e instituições, além da promoção de eventos públicos; e, principalmente, a realização de grandes estudos na área para maior entendimento do problema, suas causas e soluções. De uma maneira geral, o foco do advocacy e das campanhas é a mobilização de pessoal para a causa dos refugiados.

No mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), o refugiado é o indivíduo que:

Em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951, p.2)

Considerando que a Segunda Guerra Mundial promoveu uma das maiores ondas migratórias de refugiados da história, a Organização Internacional de Refugiados (IRO), foi fundada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1946 que, por sua vez, assumiu os trabalhos das Nações Unidas para Administração de Socorro e Reabilitação (UNRRA), e que perdurou de 1943 até 1947. Seu objetivo era o de reassentar refugiados que estavam sem lar, no início do século XX. Suas principais atuações consistiam dentro dos campos de refugiados e na busca de pessoas necessitadas de ajuda em trajetos usados por migrantes. A instituição foi encerrada, tendo suas operações substituídas pelo ACNUR.

O ACNUR foi criado em dezembro de 1950 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tornando-se o braço principal da ONU quanto à ajuda aos refugiados. Seu trabalho tem como base a Convenção de 1951 da ONU sobre Refugiados, sendo responsável, também, por estabelecer vínculos com Governos, organizações intergovernamentais e não-governamentais, além de, principalmente, garantir a implementação dos direitos dos refugiados dentro do Direito Internacional, promover ações

que ajudem esses indivíduos a se tornarem autossustentáveis e, eventualmente, por meio da naturalização, deixar de serem refugiados, ganhando uma nova cidadania.

Em função disso, o ACNUR já auxiliou inúmeras pessoas a recomeçar suas vidas, tendo em vista que, nas últimas décadas, a estatística de deslocamentos forçados aumentou consideravelmente. Por seu trabalho humanitário, o Alto Comissariado recebeu duas vezes o Prêmio Nobel da Paz (1954 e 1981); o primeiro em razão do trabalho eficaz da agência com as pessoas apátridas na Europa após a Segunda Guerra Mundial, e o segundo devido às suas maiores atuações a partir da metade do século XX, como o trabalho na Ásia, África e América Latina durante os anos 70. Sua atuação vai muito além disso, cooperando também com a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha na situação dos refugiados Argelinos na Tunísia e no Marrocos (UNHCR, 2020).

Em 1956, a Revolução Húngara, lembrada pela manifestação de intelectuais e estudantes húngaros contra o Pacto de Varsóvia e o Partido Comunista, e pela revolta dos apoiadores da União Soviética, marcou a primeira onda migratória de refugiados durante a Guerra Fria e aumentou a necessidade de resposta da ACNUR. Fora estimado que mais de 200 mil húngaros passaram a ser refugiados, uma vez que fugiram para a vizinha Áustria. Pelo imediatismo, a Revolução Húngara tornou-se importante por evidenciar situações emergenciais e modelar como as organizações lidariam com a crise dos refugiados no mundo futuramente (Ibid.).

Contudo, a descolonização da África, por volta de 1960, que ficou conhecido como o “Ano Mundial do Refugiado”, foi o período mais simbólico em termos do centro de atividade do ACNUR. A República Centro-Africana, a Nigéria e

o Sudão do Sul contaram com concentrações mais agravantes em suas regiões. Cerca de um milhão de refugiados estiveram sob a competência da agência da ONU, dos quais 250.000 receberam assistência material (THE NOBEL PRIZE, 2001). Além de atuar no envio de alimentos, medicamentos e itens básicos de socorro aos campos de refúgio, o Alto Comissariado também assegurou a educação e buscou políticas que garantissem a segurança, os direitos das mulheres e o fim da violência sexual nestes locais.

Outro momento histórico que culminou em uma crítica crise de refugiados foi a Primavera Árabe. Esse evento ficou marcado pelas diversas e vastas ondas de protestos e revoluções que aconteceram principalmente no Oriente Médio e no norte da África, com os manifestantes indo às ruas para protestar e tentar derrubar ditadores no intuito de adquirir melhores condições econômicas, políticas e principalmente sociais, de qualidade de vida.

Essa onda revolucionária começou em dezembro de 2010, na Tunísia, onde o ditador do país, Zine El Abidini Ben Ali foi derrubado após uma massa de insatisfações acerca do seu Governo (POLITIZE, 2017). Fatores como corrupção, desrespeito aos direitos humanos e sociais e uma economia cambaleante foram fundamentais para aglutinar a insatisfação e o ódio da população contra ele, e isso se tornou ainda pior após o caso do comerciante que ateou fogo ao próprio corpo protestando contra os abusos do Governo.

Com o advento da internet, o vídeo do comerciante em chamas se espalhou para outros países que passavam de alguma forma por problemas sociais, econômicos e políticos parecidos com os da Tunísia, gerando uma corrente de insatisfação e protestos. Ao todo, entre as nações que viviam ou ainda vivem em meio a essas revoluções turbulentas e violentas somam-se à Tunísia: Omã, Jordânia, Síria, Bahrein, Marrocos, Iêmen, Argélia, Egito e Líbia (Ibid.).

Vale ressaltar que, em praticamente todos os protestos, foram utilizadas técnicas de resistência civil, porém essas técnicas vinham em conjunto com amplas campanhas grevistas, comícios, passeatas e manifestações, além do uso inteligente e fundamental das redes sociais para marcar, organizar, comunicar e ampliar a voz e alcance das manifestações como YouTube, Facebook e Twitter.

Ademais, as mídias sociais tiveram desempenho exemplar em revelar os maus tratos das autoridades perante à população, e as tentativas violentas de repressão e censura por parte do Estado. Isso passou a sensibilizar o sistema internacional e a própria população, que aderiu em um número ainda maior aos protestos após essas violações básicas de liberdade e direitos humanos.

Uma das principais consequências internacionais desse amplo processo revolucionário foi, justamente, a migração em massa dos países do Oriente Médio e África para a Europa. O fato de muitos dos levantes terem levado a guerras civis, à volta, ou até mesmo à continuidade de regimes ditatoriais extremamente repressivos, junto a um brutal agravamento da situação econômica, fez com que a busca por abrigo dos refugiados na Europa tenha crescido de forma intensa. Essa migração foi a maior na região desde a Segunda Guerra Mundial (AMAL, Victor, 2017).

O ápice deste processo se deu em 2015, quando a quantidade de pessoas procurando asilo chegou à cifra 1 milhão e 300 mil, apenas no continente europeu, especialmente em decorrência da continuidade da sangrenta guerra civil na Síria. O ano de 2015 ficou marcado pelo controle do Estado Islâmico em territórios relevantes da Síria e com os russos começando os bombardeios contra as regiões rebeldes, somados aos sírios que fugiam dessa brutal guerra, outras populações em condições de vulnerabilidade de diversas

outras nações da região também fugiram rumo à Europa (Ibid.).

O ACNUR ainda teve atuação em partes da Ásia e da América Latina e está presente em cerca de 130 países, com mais de 460 escritórios, e conta com quase 12 mil funcionários (THE NOBEL PRIZE, 2001). Atualmente, a agência tem dado assistência ao "refugiado climático", marcado pelas consequências da pandemia da covid-19 e do aquecimento global, além de prestar serviços ao conflito religioso em Mianmar, envolvendo os rohingya e os muçulmanos, à Crise da Síria e, especialmente à Crise do Afeganistão, ativando a emergência para proteger os mais vulneráveis e dando suporte aos afegãos recém-deslocados com abrigo, comida, água e itens essenciais de socorro (ACNUR, 2021). Em parceria com órgãos governamentais e outros órgãos da ONU, o ACNUR tem se mobilizado para garantir a criação e implementação de uma jurisdição que seja a favor dos direitos sociais, da entrada em outros países e da vida digna do refugiado.

Com o aumento do número de refugiados pelo mundo nas últimas décadas, o ACNUR colocou como um de seus principais objetivos obter engajamento e mais apoio da população civil nos quesitos sociais e financeiros, tendo nomes como o da atriz Angelina Jolie ligados à sua história e missões, além de ser ativo nas redes sociais e promover projetos, como por exemplo o #RefuTeen em parceria com o I Know My Rights (IKMR), programa digital para jovens refugiados e migrantes (ACNUR, 2021). Essas ações trouxeram mais visibilidade ao órgão, mais influência entre líderes mundiais e aumentaram a quantidade de doações voluntárias junto ao setor privado e individual. Desde sua criação, seu orçamento anual passou de US\$ 300 mil para US\$ 7,5 bilhões, no momento atual.

Deve-se, ainda, levar em conta os diferentes status

e nomenclaturas que englobam o universo das pessoas que deixam seus países. Em primeiro lugar existem os migrantes econômicos que são pessoas que escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. Diferente dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu Governo.

Os refugiados são aqueles que justamente correm risco de vida direto se continuarem a viver em seus países possuindo, assim, proteção pelo Direito Internacional. Para eles, a negação de uma solicitação da condição de refugiado pode ter consequências vitais e, por isso, é extremamente importante não confundir esses dois termos. Os deslocados internos, por sua vez, são pessoas que se deslocam dentro de seu próprio país, por motivos similares aos dos refugiados, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção.

Enquanto isso, existem os solicitantes da condição de refugiado, que são pessoas que solicitam serem reconhecidas como refugiadas às autoridades competentes de um outro país, mas que ainda não tiveram seu pedido avaliado definitivamente pelos sistemas nacionais de proteção de refugiados. Finalmente, é importante evidenciar também os apátridas, pessoas que não têm sua nacionalidade reconhecida por nenhum país. Geralmente, essa situação ocorre por conta de discriminações contra minorias em legislações nacionais e em casos de independência (secessão de Estados) e conflitos de leis entre países.

Localizado no coração da Ásia Central, atualmente fazendo fronteira com a China, Paquistão, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão, o espaço ocupado pelo Afeganistão vivenciou, ao longo de sua história, sucessivas invasões de

grandes impérios, conflitos internos entre etnias rivais e entre membros do Governo, que durante anos foram se alternando no poder (GOMES, 2008, p 38). Entretanto, para que seja possível compreender mais profundamente as raízes da atual crise de refugiados no Afeganistão, será realizado um recorte temporal evidenciando momentos-chaves a partir da década de 1970.

A Revolução de Saur, que começou em 1978, foi escolhida como o marco inicial, uma vez que foi a partir dela que o Partido Democrático do Povo Afegão, partido de orientação marxista, derrubou o então presidente Mohammed Daoud Khan e assumiu a liderança do país, instituindo o ensino laico, a reforma agrária e a participação feminina na política, medidas que foram vistas como ameaça ao islamismo por uma parcela da população (ROUSSINI, Maria Clara, 2021).

Essa situação causou uma cisão dentro do partido, o que levou a mais um golpe de estado no Afeganistão, no qual assumiu o poder Hafizullah Amin, que não via com bons olhos essa aliança com a União Soviética (URSS). Os soviéticos, temendo uma possível aproximação do novo Governo afegão com os Estados Unidos (EUA), e preocupados que o Governo vigente não conseguisse controlar os mujahidin, grupo de rebeldes islâmicos que se organizaram no interior do país, decidiram por invadir o Afeganistão em 1979 (Ibid.).

Em um contexto de Guerra Fria, os EUA optaram por intervir no conflito visando diminuir a influência da URSS e, portanto, financiaram, junto com o Paquistão, a China, o Irã e a Arábia Saudita os mujahidin, enviando armas e treinando os combatentes islâmicos. Em 1988, o Afeganistão, a URSS, os EUA e o Paquistão assinaram acordos de paz e a URSS começou a retirar suas tropas do país. No ano seguinte, as últimas tropas soviéticas deixaram o Afeganistão, no entanto uma guerra civil continuou, com os mujahidin forçando a

derrubada de Mohammad Najibullah, o então líder do regime apoiado pela URSS (Ibid.).

Foi em meio desse cenário que em 1994 nasceu o Talibã, como um grupo derivado dos mujahidin, que foram gradativamente ganhando mais poder no país, até que em 1996 conquistaram a capital, Cabul, assumindo oficialmente o Governo do Afeganistão, por meio da liderança de Mohammed Omar. Nesse mesmo ano, o Talibã passou a impor uma série de leis como, por exemplo, a proibição das mulheres de frequentar escolas, trabalhar fora de casa, viajar sozinhas, além de execuções públicas (BBC, 2021a).

Desde então, o o Talibã seguiu no Governo do país até que foi derrubado por forças americanas, que invadiram o país em 2001, após os ataques da Al-Qaeda nos Estados Unidos, uma vez que os norte-americanos alegaram que o Talibã dava apoio e abrigo a Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda e mentor dos ataques às torres gêmeas do World Trade Centre em Nova York (Ibid.).

Em agosto de 2003, a Otan (aliança militar ocidental) assumiu o controle da segurança em Cabul, sendo a primeira vez em que a organização protagonizou uma responsabilidade operacional fora da Europa. O Governo instalado em seguida, reconhecido internacionalmente e com uma nova Constituição adotada em 2004, teve muitas dificuldades em estender sua autoridade para além de Cabul e forjar uma união nacional (Ibid.).

Os anos seguintes ficaram marcados pelos EUA enviando cada vez mais soldados ao Afeganistão, com um destaque para 2009, ano em que o presidente estadunidense, Barack Obama, aumentou o contingente no Afeganistão em 30 mil soldados, elevando o total para 100 mil. Essa decisão, pelo aumento das tropas no país foi motivada, especialmente, por uma escalada de tensões que culminou na Operação Moshtarak,

em que Forças da Otan lançaram uma grande ofensiva com intuito de assegurar o controle pelo Governo da província de Helmand, no Sul (Ibid.).

Uma vez que consideraram que a situação no Afeganistão estava mais controlada, a Otan optou, em 2013, por passar o controle de todas as operações militares e de segurança, que antes estavam sob o seu comando, ao Exército afegão. O ano seguinte, porém, foi considerado o mais sangrento desde a invasão de 2001, devido ao aumento da violência no país.

Esse fato, somado à emergência do grupo denominado Estado Islâmico no leste do país, que em poucos meses obteve êxito em capturar boa parte das áreas controladas pelo Talibã na província de Nangarhar, levou novamente os holofotes internacionais ao Afeganistão. Diante dessa situação, Barack Obama afirmou que 8.400 soldados americanos permaneceram no Afeganistão ao longo de 2017 e a Otan concordou em manter tropas no país, reiterando sua promessa de financiar as forças de segurança locais até 2020 (Ibid.).

Finalmente, em 2020, depois de uma longa negociação entre os EUA e o Talibã, estes conseguiram chegar a um acordo no qual os EUA se comprometeram a retirar as tropas estrangeiras do território afegão em 14 meses e em troca, o Talibã aceitou cortar os laços com o grupo al-Qaeda. Desse modo, a retirada das tropas estrangeiras, segundo Joe Biden, deveria se encerrar simbolicamente dia 11 de setembro de 2021, aniversário de 20 anos dos ataques às torres gêmeas do World Trade Center (Ibid.).

Entretanto, já em agosto de 2021, simultaneamente à saída dos soldados americanos, militantes do Talibã começam a tomar o controle de importantes cidades do Afeganistão. O progresso do grupo ocorreu de forma extremamente rápida, forçando

os EUA a acelerarem a retirada das tropas. No dia 15 de agosto, o Talibã entrou em Cabul e tomou o palácio do Governo, após a fuga do então presidente Ashraf Ghani. Os dias seguintes foram de extrema tensão, com diversos ataques e atentados reivindicados pelo Estado Islâmico, rival tanto dos EUA, quanto do Talibã (BBC, 2021b).

A operação liderada pelos EUA, para evacuar as pessoas por via aérea, terminou com o último voo decolando do aeroporto de Cabul pouco depois da meia-noite de 31 de agosto. Mais de 123.000 civis foram evacuados pelas forças dos EUA e seus parceiros de coalizão, entretanto não se sabe exatamente quantos deles eram cidadãos afegãos (MANZANO, Fabio, 2021). Muitos dos que saíram do país foram levados para centros de processamento de emergência, instalados em vários países, incluindo Espanha, Alemanha, Qatar e Uzbequistão.

Entretanto, aqueles que não conseguiram sair junto à coalizão internacional e que temem por sua segurança sob o domínio do Talibã continuaram e continuam lutando para deixar o país. Diante dessa nova realidade, milhares de pessoas se viram obrigadas a fugir do Afeganistão, sendo que mais de meio milhão de pessoas fugiram do país apenas em 2021. A crise atual se soma aos 2,2 milhões de refugiados afegãos que já estavam nos países vizinhos e 3,5 milhões de pessoas forçadas a fugir de suas casas dentro das fronteiras do Afeganistão. Somado a isso, deve-se considerar a instauração de uma severa crise econômica que levou ao limite milhões de pessoas que já sobreviviam com dificuldade, com mais da metade da população enfrentando níveis extremos de fome.

Vale mencionar que dos 665.000 afegãos que foram deslocados dentro do país em 2021, 80% são mulheres e crianças. As famílias relatam que foram forçadas a fugir de repente, mesmo

correndo o risco de sofrerem ataques de grupos armados durante a fuga. As crianças do Afeganistão estão crescendo em meio a essa crise. Cerca de 65% do povo afegão – dentro e fora do Afeganistão – são crianças e jovens, preocupados com seu futuro diante da insegurança e dos desafios econômicos. A situação no Afeganistão já era complexa e o fracasso em resolver a atual instabilidade levará a novos deslocamentos.

Segundo algumas organizações humanitárias, entre outubro de 2021 e o final de janeiro de 2022, mais de um milhão de afegãos apenas do sudoeste do país, partiram para uma das principais rotas de migração para o Irã. Estimam, assim, que no período de um dia, entre 4.000 e 5.000 pessoas estejam entrando no país persa (GOLDBAUM, Christina, 2022).

O crescente aumento do êxodo preocupa, em especial, à Europa que teme uma repetição da crise dos migrantes que ocorreu em 2015. Segundo líderes locais, possivelmente as migrações rumo às fronteiras da União Europeia aumentem na primavera, quando a temperatura fica mais amena, conseqüentemente, facilitando a travessia de rotas nevadas. Existe, também, uma forte dicotomia entre os doadores ocidentais que desejam ajudar e evitar uma nova crise migratória, cumprindo suas obrigações humanitárias para com os afegãos, mas sem fortalecer o Governo atual do Talibã, o qual muitos deles são contrários (Ibid.).

Diante desse cenário, faz-se necessário uma profunda discussão sobre a atual situação do Afeganistão, que a comunidade internacional pense em soluções e, de fato, atue para evitar uma nova crise dos refugiados que, por conta de todas as evidências, parece estar cada vez mais próxima. Deve-se ainda, avaliar meios de proteger, em primeiro lugar, o povo afegão, condenando atos ilícitos como a devolução dos

refugiados ao Afeganistão e em meios formais para que estes sejam socialmente acolhidos nos países de sua escolha.

RESOLUÇÕES ANTERIORES

O QUE O ACNUR ESTÁ FAZENDO

PARA AJUDAR?

Ao lado de seus diversos parceiros, o ACNUR está integralmente comprometido em permanecer no Afeganistão, mesmo em meio à constante degradação da situação política, econômica e sanitária do país. Foram colocadas em prática diversas respostas de emergência, já anteriormente preparadas para esse tipo de situação calamitosa, visando proteger os mais necessitados e auxiliar os afegãos recém-deslocados de todas as formas possíveis, como, por exemplo, fornecendo abrigo, comida, água e itens essenciais de socorro, sendo que essa ajuda ocorre tanto no Afeganistão, quanto nos países vizinhos que eventualmente estejam recebendo esses refugiados em situação de risco (ACNUR, 2021).

Nesse sentido, o ACNUR se diz estimulado e com total preparo para realizar as atividades de proteção, incluindo monitoramento de fronteiras, gestão de casos e apoio psicossocial. Ademais, o órgão também deu continuidade à sua programação comunitária regular no Afeganistão, incluindo a construção de escolas e outros espaços importantes que fornecem assistência médica, água e energia. Apenas no ano de 2021, mais de 1,3 milhão de pessoas foram impactadas por essas ações (Ibid.).

Porém, é importante ressaltar que nada substitui a ajuda humanitária, que se faz plenamente necessária em momentos como esse. Diante do atual cenário, o ACNUR visa aumentar cada

vez mais sua capacidade de resposta e precisa de apoio para proteger e ajudar as pessoas forçadas a fugir de suas nações. Para tanto, o Alto Comissariado insta aos países vizinhos do Afeganistão que mantenham suas fronteiras abertas para um potencial fluxo de pessoas que requeiram proteção internacional.

Além disso, o ACNUR também saúda os esforços de vários Estados para proteger cidadãos afegãos em risco por meio de programas bilaterais de evacuação. Entretanto, esses programas não substituem a necessidade de uma resposta humanitária internacional coletiva e mais ampla, que de fato solucione os inúmeros problemas que surgem em decorrência desta crise.

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO E PLANOS PARA COMBATER A CRISE DE REFUGIADOS NO AFGANISTÃO

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO: 2021/2877(RSP).

A proposta de resolução 2021/2877(RSP), conhecida como Resolução da Situação no Afeganistão, foi apresentada logo após uma importante declaração do Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança nos termos do artigo 132.º, n.º 2, do Regimento sobre a situação no Afeganistão.

Essa resolução do Parlamento Europeu sobre a situação atual do Afeganistão está focada em ajudar os milhares de refugiados que buscam um novo lar após a tomada oficial e praticamente completa da ex-República soviética pelo Talibã, apelando à União Europeia (UE) e aos seus Estados-Membros a trabalharem em conjunto

para facilitar a continuação da evacuação dos cidadãos da UE e dos afegãos em risco, nomeadamente através da utilização de corredores humanitários seguros (RSP,2021).

Além disso, a proposta busca disponibilizar, por parte da União Europeia, ajuda humanitária em massa para todas as pessoas que necessitem de algum tipo de auxílio, especialmente mulheres e crianças. O Parlamento Europeu ainda expressou seu desejo de que o Governo atual do Afeganistão se comprometa a combater o terrorismo, impedindo que a Al-Qaeda, o Daesh ou outros grupos e indivíduos terroristas usem o solo afegão para ameaçar ou violar a segurança de qualquer outro país, não acolhendo membros desses grupos e impedindo-os de recrutar, treinar ou angariar fundos (Ibid.).

Finalmente, a resolução clama que a UE consiga concluir e implementar urgentemente o seu Novo Pacto sobre Asilo e Migração para poder lidar com os fluxos migratórios de forma mais eficaz e humana e se prontificou a fornecer 200 € milhões para a ajuda humanitária no Afeganistão (Ibid.).

PLANO REGIONAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA À SITUAÇÃO DOS REFUGIADOS NO AFGANISTÃO

O ACNUR, junto a onze agências das Nações Unidas e organizações não-governamentais, anunciou no dia 27 de agosto de 2021, em Genebra, o chamado Plano Regional de Preparação e Resposta à Situação no Afeganistão, estipulado em US\$ 299 milhões (UNHCR, 2021).

O planejamento realizado para o ano de 2022 busca antecipar ações e se preparar para que

intervenções urgentes possam ser executadas da maneira mais rápida e eficiente possível, quando e se necessário, fortalecendo respostas especialmente em cinco países que fazem fronteira com o Afeganistão e prevê, “no pior cenário”, a chegada de cerca de 500 mil novos refugiados na região (Ibid.).

Os principais países contemplados pelo plano são: o Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, vizinhos importantes e que desempenharão um papel fundamental para auxiliar na superação desta crise com o menor número de danos possíveis. Os dois primeiros já acolhem 90% dos 2,6 milhões de pessoas refugiadas do Afeganistão do mundo, contabilizadas ao final de 2021 (Ibid.).

O número extremamente alto de pessoas fugindo do Afeganistão, indica a necessidade de uma ação coletiva forte, visto que nenhum país sozinho consegue receber adequadamente uma quantidade tão elevada de refugiados, em tão pouco tempo. Ademais, só no ano de 2021, a crescente violência e insegurança no Afeganistão deslocou internamente cerca de meio milhão de pessoas, sendo que 80% delas são mulheres e crianças, o grupo mais afetado pela ascensão do Talibã (Ibid.).

A partir da análise do cenário vigente, avalia-se que uma maior deterioração no Afeganistão pode resultar em novos fluxos de refugiados em 2022. Este plano, portanto, elenca pontos fundamentais para que a crise seja contornada e as pessoas por ela afetadas sejam auxiliadas da melhor maneira possível. O plano põe grande ênfase na preparação e descreve a preparação humanitária e as intervenções prioritárias na região, no caso de saídas do Afeganistão considerando uma futura escalada de tensões.

Recomenda, assim, que os países permitam que os afegãos tenham acesso aos seus territórios,

assim como aos procedimentos de asilo, respeitando o princípio de não repulsão. Neste contexto, salienta que é igualmente importante não repatriar refugiados ou requerentes de asilo à força, reforçando que a não repulsão inclui a não rejeição na fronteira (Ibid.).

No caso de movimentos significativos de refugiados para países vizinhos, o plano indica que seja implementada uma resposta conjunta das agências das Nações Unidas em apoio aos Governos interessados, visando assegurar a rápida prestação de assistência humanitária e proteção.

A resposta multisetorial garantiria que as necessidades dos refugiados fossem identificadas e tratadas, levando em consideração a idade, sexo e diversidade na programação em todos os setores, sendo eles nas áreas de proteção, incluindo proteção infantil e violência baseada em gênero, educação, saúde, segurança alimentar, WASH, abrigo, assistência básica, itens e gerenciamento de acampamento, conforme necessário, trabalhando em complementariedade com os Governos locais (Ibid.).

Além disso, coloca como ponto crítico a falta de financiamento, bem como a impossibilidade de uma resposta mais efetiva dentro de algumas áreas no Afeganistão. Evidencia, também, as dificuldades adicionais causadas pela pandemia da covid-19 e, desse modo, o plano clama por um fortalecimento de ações de saúde nos países mencionados para assegurar que tanto as pessoas refugiadas, como as comunidades de acolhimento estejam protegidas e que vacinas sejam disponibilizadas para todos (Ibid.).

PANORAMAS

EUROPA

O foco da Europa se volta totalmente para a crise humanitária, sem se envolver extremamente em temas políticos. A preocupação europeia se volta novamente para a crise migratória, com uma situação parecida ao que aconteceu com a Síria. No geral, o clima de solidariedade é predominante entre os países europeus (FELDEN, 2021).

ALEMANHA

Apesar do Governo não ter se posicionado arduamente sobre a recepção de refugiados, pode-se notar que alguns grupos civis se organizaram para fazer pressão nos Governos, um exemplo são os protestos realizados em Berlim no fim de 2021 solicitando refúgio para afegãos (DW, 2021).

FRANÇA

Uma movimentação semelhante ocorreu na França, sendo possível ressaltar a falada do presidente Emmanuel Macron comprometendo-se em cumprir com o dever de proteger os mais vulneráveis, mas também se atentar para evitar fluxos migratórios descontrolados. Isso demonstra que o país está mais cauteloso para evitar algo parecido com 2015.

REINO UNIDO

O Reino Unido estabeleceu que receberia até 20 mil refugiados afegãos nos próximos anos, mas esse processo não se daria todo de uma vez, pois em 2021 receberiam apenas até 5 mil pessoas.

HUNGRIA

Com um posicionamento mais agressivo, o presidente húngaro Viktor Orbán apontou que a migração pode destruir a identidade cultural europeia. A contribuição com as dificuldades sociais geradas pela onda de migração síria levou a um posicionamento mais rígido dessa vez.

GRÉCIA

A Grécia se encontra em um posicionamento delicado, o país enxerga que está sob o risco de ser novamente uma porta de entrada da Europa para refugiados afegãos, assim como ocorreu com os refugiados sírios, porém dessa vez, não está tão disposta a exercer esse mesmo papel.

BÉLGICA

A Bélgica é o lar de uma diáspora afegã, e, por isso, abrigou protestos desta comunidade contrários à ascensão do Talibã ao poder. Fora isso, o Governo de Bruxelas conduziu evacuações de seus cidadãos do território afegão, com voos normalmente direcionados ao Paquistão. A Bélgica, como membro da União Europeia, permanece a favor dos direitos individuais e contra a possível usurpação dos direitos humanos que pode ocorrer no Afeganistão em decorrência da queda do regime anterior, além da solução diplomática do conflito. A Bélgica está aberta para a imigração afegã, e recebe números significativos de refugiados todos os anos.

ITÁLIA

O Governo em Roma excluiu qualquer possibilidade de reconhecer um Governo Talibã

como legítimo no Afeganistão. O foco da Itália é o de prevenir um colapso financeiro na região que possa gerar uma nova onda de imigrantes para a Europa, ainda sob a ótica de que o Governo italiano não é tão aberto à imigração. Além disso, a Itália se prontificou a retirar sua presença militar em Cabul e busca enviar seus soldados de volta à Itália (ALJAZEERA, 2021).

SUIÇA

A Suíça demonstrou forte preocupação com a crise humanitária ocorrida com a tomada de poder pelo Talibã, além de alertar o mundo sobre possíveis quebras de leis internacionais que ocorrem dentro do Afeganistão, em decorrência da mudança de regime. Existem petições internas para que o país abra as portas para os refugiados, especialmente por parte de grupos com foco em ajuda humanitária.

ESPANHA

A Espanha se dispôs a ser o centro da União Europeia em relação ao recebimento de refugiados afegãos que tenham contribuído com a UE anteriormente. O Governo em Madrid, porém, não espera um fluxo de imigrantes tão grande, mas ainda assim se prepara para o recebimento e possível redirecionamento destes a outras nações europeias, caso necessário. De acordo com membros do Governo espanhol, cerca de trinta e seis refugiados serão direcionados, por exemplo, a países como Dinamarca, Polônia, Alemanha e Lituânia.

BÓSNIA

A Bósnia, como um país balcânico, é uma

passagem pela qual um número significativo de refugiados terá de passar para antes chegar na Europa Ocidental ou mesmo em países como a Alemanha e Dinamarca. A Croácia, seu país vizinho, não aceita refugiados, o que fez com que um número grande destes imigrantes ficasse preso na Bósnia, sem meios para sair de lá. Sarajevo não faz parte da União Europeia, e não tem obrigações com a UE em relação aos refugiados, por isso, acaba servindo como passagem à maioria destes, sem permanência em longo prazo. As autoridades do Governo lidam com um número cada vez mais crescente de refugiados na fronteira com a Croácia. Em questão de asilo, a Bósnia não é tão procurada quanto seus vizinhos do Norte, mas recebe alguns imigrantes permanentes.

POLÔNIA

Nas crises de refugiados da Síria e Afeganistão, a Polônia foi um dos países da União Europeia que mais resistiu a receber refugiados. O país ficou muito marcado pela situação envolvendo 32 refugiados afegãos que ficaram isolados por mais de três semanas entre a fronteira da Belarus com a Polônia, sem acesso à água potável, alimentos e abrigo, uma vez que a Polônia não permitiu que o grupo entrasse em seu país. Vale mencionar que a Polônia ajudou na operação de evacuação do Afeganistão, conferindo proteção e asilo a mais de 1.000 afegãos, entretanto, organizações de direitos humanos e alguns da oposição da Polônia acusaram as autoridades de rejeitar e até mesmo empurrar de volta para a fronteira os requerentes de asilo que chegavam pela fronteira com a Belarus, o que eles dizem ser ilegal sob a lei internacional. Eles também criticaram os guardas de fronteira por enviarem crianças pequenas de volta à Belarus.

AMÉRICA

A América, sendo um continente mais distante do epicentro da problemática, não é tão afetada pelos fluxos migratórios. Todavia, pode-se notar um ponto em comum entre os países, que é a preocupação em relação aos cidadãos afegãos, porém o continente deve ser analisado em partes: se por um lado temos esse distanciamento geográfico e preocupação comum na porção Sul do continente. Os países, ao Norte, estão mais intensamente envolvidos nessa questão, com destaque para os Estados Unidos e o Canadá, que também retiraram tropas do território afegão.

ARGENTINA

A Argentina, de maneira geral, expressou um foco e preocupação com a situação das mulheres e crianças afegãs após a queda de Cabul e o estabelecimento do regime Talibã. Juntamente a outras dezenove nações, em 18 de agosto de 2021, o Governo em Buenos Aires declara à imprensa que defende, entre outras coisas, o direito igual e a liberdade individual dentro do Estado afegão, além de garantir que irá monitorar (mas sem interferências diretas), como a situação desses grupos evoluirá nos próximos anos (CANCILLERIA, 2021).

BOLÍVIA

O Governo boliviano demonstrou, em suas declarações, um apelo a todas as partes envolvidas no Afeganistão para que haja uma solução pacífica, sem derramamento de sangue. Além disso, o Estado Plurinacional da Bolívia apoia/apela abertamente que o novo regime de Cabul respeite a integridade da população afegã, mantenha as fronteiras abertas e garanta a segurança e ordem civil dentro do país (LOS TIEMPOS, 2021).

BRASIL

De maneira geral, o Itamaraty declara sua preocupação com os cidadãos afegãos, principalmente a respeito de suas liberdades individuais e a salvaguarda da segurança e estabilidade do país. Além disso, Brasília demonstrou interesse num aprofundado envolvimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas no conflito, a fim de manter a estabilidade geral na região que, por sinal, é outra das preocupações expressas pelo Governo brasileiro. O Brasil também reitera que a questão não envolve apenas o Afeganistão, mas toda a Ásia Central, com a queda de Cabul podendo causar instabilidade na região.

HAITI

O Haiti, desde o início do século, já vem enfrentando uma grave crise humanitária em paralelo à destruição ocorrida do Afeganistão. Embora o Governo de Porto Príncipe não tenha demonstrado um interesse significativo na crise da Ásia Central, compreende-se que este tem problemas mais urgentes para focar, porém isso não impede que a comunidade internacional aponte os pontos comuns entre as duas crises e use o Haiti para exemplificar as crises humanitárias que podem ocorrer em Cabul. O Haiti participa das Assembleias Gerais nas Nações Unidas, além de ter um alinhamento com os princípios da liberdade e igualdade (CHERUBIN, Hervil, 2021).

MÉXICO

O México demonstrou uma atenção especial às mulheres e crianças afegãs, além de apoiar que a comunidade internacional se alie para garantir a segurança destes grupos frente ao regime Talibã. Com uma posição assertiva, o México

busca a reintrodução da democracia e defende que o Afeganistão deve ser governado pelo seu povo, inclusive com a participação de minorias. O apoio aos afegãos mais vulneráveis é o principal foco da missão permanente mexicana nas Nações Unidas (URIBE, Sammy, 2021).

EUA

A retirada de tropas norte-americanas foi um ponto inicial para a crise que se desencadeia no Afeganistão. Com isso, fica em evidência que o Afeganistão deixa de ser uma das principais pautas de Segurança Internacional do país atualmente, porém não significa que não haja preocupação, uma vez que se deve impedir uma grande quantidade de pessoas sob controle de grupos extremistas, bem como conter as influências regionais russas, chinesas e iranianas no local. Além disso, o país num momento inicial se concentrou na retirada de norte-americanos e aliados do território afegão.

CANADÁ

O Canadá foi uma das nações que participou e se envolveu ativamente com a situação do Afeganistão, assim como outros membros do G7 (Grupo dos Sete). Mesmo após a retirada das tropas americanas, o Governo canadense se preparava para a retirada de suas próprias, ainda com Trudeau afirmando que, se necessário, poderia manter suas forças em Cabul por mais tempo. O Canadá se opõe ao Governo Talibã e a práticas não-éticas, e abre suas portas para eventuais refugiados afegãos.

ÁFRICA

Para a África, a situação desencadeada no Afeganistão também pode apresentar riscos, considerando a presença de grupos extremistas

no continente. A vitória do Talibã pode despertar entusiasmo em grupos islamitas na África. Burkina Faso, Mali e Somália, na África, são países onde o terrorismo vem ganhando cada vez mais espaço, bem como em países como Chade, Quênia, entre outros. A retirada de tropas francesas que combatem grupos militantes em alguns países como Mali, Chade e Burkina Faso pode ser um precedente para fortalecimento de grupos extremistas (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

CHADE

O Chade é uma nação que sofre com o terrorismo e uma forte e persistente instabilidade governamental. Com a crise do Afeganistão e o sucesso do Talibã, a situação da já frágil governança de Djamena pode piorar drasticamente. Grupos terroristas, motivados pela possibilidade de sucesso e o vácuo de poder gerado pela ausência de um regime estável, podem se aproveitar da situação para alastrar sua área de influência. O grupo terrorista mais conhecido na região é o Boko Haram, além de células do Estado Islâmico proeminentes. Já em 2020, diversos ataques destes grupos foram registrados.

CONGO

A República do Congo não possui uma missão diplomática permanente no Afeganistão, e, por isso, foca seus esforços na garantia da sua estabilidade interna, ainda sob a ótica de que o terrorismo no seu país pode se intensificar após a queda de Cabul.

GUINÉ

A Guiné, assim como outras nações na África Ocidental, sofre com o avanço de grupos terroristas, que vendo o sucesso dos Talibãs

em Cabul, podem se aproveitar da situação para intensificar seus ataques e tentativas de dominação. A crise política no país está cada vez mais intensificada, e o Conselho de Segurança das Nações Unidas busca assistir a população da região, ainda contando que a situação piore.

SUDÃO

É uma nação que sofre com o terrorismo, além de crises econômicas e uma conturbada relação com o recém-independente Sudão do Sul. De maneira geral, o Sudão é uma nação que é integrada juntamente com a Liga Árabe e organizações supranacionais da região, e, por isso, alinha-se a ela em casos como o novo regime talibã. Os países árabes se posicionaram ecleticamente com relação à queda de Cabul, alguns celebrando a saída dos EUA e outros condenando o risco que o novo regime traz à população em relação aos direitos humanos. A estabilização do Afeganistão, porém, é uma vontade universal das nações árabes, e, conseqüentemente, do Sudão.

QUÊNIA

A situação do Quênia, assim como a de outras nações subsaarianas, é de preocupação internacional. A instabilidade socioeconômica e a insurgência de agentes terroristas no país complicam o cotidiano dos quenianos. Nairóbi não possui uma missão diplomática permanente no Afeganistão, mas a Secretaria de Relações Exteriores do Quênia demonstrou preocupação com seus cidadãos vivendo no país, e os chamou de volta para sua terra natal. Planos de evacuação foram planejados, e os oficiais responsáveis por esse plano já foram designados (MUTAMBO, Aggrey, 2021).

TUNÍSIA

A população não vê com bons olhos a situação no Afeganistão. O Governo, por outro lado, permanece dividido. Alguns partidos, fundamentalistas islâmicos, apoiaram o novo regime de Cabul, e mesmo algumas células terroristas permanecem com alguma representação dentro do parlamento em Tunes. Outros partidos, porém, condenaram o novo regime e estão alinhados mais ao Ocidente.

OCEANIA

Austrália

A Austrália, a partir da tomada de Cabul, se concentrou na retirada de australianos do território afegão, além de se dispor a abrir as portas para refugiados afegãos, caso necessário. O Governo australiano, alinhado com os Estados Unidos, afirmou que a retirada de tropas não quer dizer retirada dos interesses americanos.

ÁSIA

Afeganistão

Desde a invasão norte-americana no Afeganistão em 2001 até os recentes acontecimentos, o Talibã vinha tentando se estabelecer como a força dominante no país. Refugiados e agrupados no Paquistão, o grupo lançou uma ofensiva contra as forças afegãs do ex-presidente Ashraf Ghani em agosto de 2021. Mesmo com o apoio ostensivo dos Estados Unidos, as forças da República do Islâmica Afeganistão acabaram por não conseguir resistir à ofensiva coordenada, e Cabul foi abandonada pelo presidente antes mesmo de uma luta significativa. A falta de resistência das Forças Armadas, munidas e treinadas pela maior

força militar do planeta, aliada ao fato de uma organização terrorista ter sob seu controle uma nação inteira, fazem a situação no Afeganistão ganhar um destaque internacional sem precedentes. Com alegações do Ocidente dizendo que o novo regime não respeita os direitos humanos, além das acusações da opressão de minorias, mulheres e crianças, o novo Governo busca, sem muito sucesso, reconhecimento internacional. Enquanto as potências ocidentais se recusam a reconhecer o Emirado Islâmico do Afeganistão, nações como a China possuem uma tolerância maior com o regime. Uma nova crise migratória é prevista, e as nações da região e do mundo preparam-se para absorver os impactos econômicos, sociais e políticos que esta situação possa trazer (MAINZLAND, Lindsay, 2021).

Turquia

A Turquia novamente se vê como um destino para refugiados afegãos. Assim como a situação desenvolvida pela guerra da Síria, a Turquia é vista como porta de entrada para o continente Europeu. O alto fluxo migratório destinado à Turquia já funcionou como moeda de troca com o bloco europeu, e a vontade de conter um fluxo descontrolado novamente pode fazer com que isso se repita (MUKHTAR, Ibrahim, 2021).

Bangladesh

O Governo de Daca demonstrou interesse em manter a estabilidade na Ásia Central, isso inclui o Afeganistão. Da mesma forma, mostrou uma preocupação com o bem-estar da população e um possível declínio nas condições de vida no país, juntamente a uma grave crise econômica. Bangladesh se dispôs a mandar ajuda humanitária a Cabul, e o Ministério das Relações Exteriores sugeriu uma cooperação maior entre

a OIC (Organização para Cooperação Islâmica, em inglês) e o Afeganistão.

Irã

O Irã, tendo uma fronteira direta com o Afeganistão, é um país diretamente e intensamente afetado pela crise de refugiados desencadeada. Todavia, as preocupações iranianas em relação ao Afeganistão se voltam para a esfera política. O Governo iraniano pretende estabelecer sua esfera de influência política, procurando uma configuração política em Cabul que inclua grupos políticos pró-iranianos e não apenas associados ao Talibã. Em 2021, o Irã já tinha mais de 700 mil refugiados afegãos em seu território. Com isso, instalaram tendas nas regiões fronteiriças para receber o fluxo mais intenso de afegãos, porém com o alerta de que isso não seria permanente, pois a ideia é repatriar os afegãos.

Paquistão

No Paquistão, uma situação semelhante se desencadeia. Fazendo fronteira, o país havia dito que não aceitaria migrantes no território, mas se preparou para receber um alto fluxo de refugiados de forma temporária nas regiões fronteiriças, sob a justificativa de que a economia não é estável o suficiente para asilar mais de meio milhão de refugiados, além do fator covid-19 ser um empecilho para a abertura de fronteiras.

Indonésia

A Indonésia, assim como outras nações muçulmanas, alertou ao novo regime Talibã para que não transformasse o Afeganistão num refúgio para terroristas. De maneira geral, Jacarta

não condenou ou apoiou o novo regime, mas manteve-se firme na posição de que a situação é preocupante, principalmente em relação à posição internacional de que os grupos terroristas podem ganhar com a nova perspectiva de vitória em Cabul.

DOCUMENTO DE POSIÇÃO OFICIAL

O Documento de Posição Oficial deve ser elaborado por cada delegado, apresentando seu posicionamento (política externa) a respeito do tema do Comitê.

O Documento de Posição Oficial, em todos os Organismos Internacionais que não são militares deve seguir o seguinte padrão:

- Fonte: Times New Roman; // Tamanho: 12; // Folha: A4;
- Texto em cor: Preta;
- Espaçamento: Simples;
- Espaço Antes e Depois: 0 pt;
- Margens: superior, esquerda, inferior e direita – 2 cm;
- Brasão de Armas ou Emblema Nacional do país no canto superior direito – no caso de Comitês que não são países, e sim representantes, utilizar apenas o logo do Comitê no canto superior esquerdo;
- Logo do Comitê no canto superior esquerdo. No caso de não haver um logo, será permitido o uso da Bandeira do Comitê ou no caso de ser um Gabinete Presidencial, utilizar o Brasão de Armas do país;
- Nome oficial do país, entre o Emblema/Bra-

são do país e o logo do Comitê, centralizado, em negrito e caixa alta;

- Assinatura do(s) delegado(s) no canto inferior direito, em cima de uma linha em que abaixo está indicada o cargo oficial (ex.: Embaixador, Chefe de Estado etc.);
- O nome deve ser o nome do real representante junto ao órgão. Caso essa informação não esteja disponível, o aluno pode colocar seu próprio nome;
- O DPO deve ter apenas 1 página.

Além disso, em seus Documentos de Posição Oficial (DPO), os delegados devem escrever uma pequena introdução sobre a posição de seu país em relação ao tema, respondendo aos seguintes tópicos:

- O que o Governo do seu país defende quanto ao papel da comunidade internacional sobre a Crise de Refugiados no Afeganistão?
- Existem refugiados abrigados em seu país?
- O que o Governo do seu país defende quanto a políticas de inserção e acolhimento de refugiados? Seu país está aceitando refugiados afegãos?
- Como as pessoas em situação de risco podem escoar em segurança do Afeganistão?
- Como manter o fluxo migratório controlado e não sobrecarregar determinadas regiões?
- Como o Governo do seu país se posiciona em relação ao Governo do Talibã no Afeganistão?
- Como seu país se posiciona em relação à devolução dos refugiados ao Afeganistão e aos conflitos que ocorrem nas fronteiras do Afeganistão?
- Como proteger os refugiados afegãos, considerando, também, a pandemia de covid-19?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ACNUR, 2021a. ONU e ONGs anunciam plano regional de resposta a refugiados afegãos. ACNUR [online]. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/141960-onu-e-ongs-anunciam-plano-regional-de-resposta-refugiados-afegaos>>. Acesso em: 28 fev 2022.

ACNUR, 2021b. ACNUR e IKMR lançam projeto digital #RefuTeen para jovens refugiados e migrantes. ACNUR [online]. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2021/09/20/acnur-e-ikmr-lancam-projeto-digital-refuteen-para-jovens-refugiados-e-migrantes/>>. Acesso em: 27 fev 2022.

ALJAZEERA, 2021. Italy rules out recognising a Taliban government in Afghanistan. AlJazeera [online]. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/9/26/italy-taliban-government-cannot-be-recognised>>. Acesso em: 6 mar 2022.

AMAL, Victor Wolfgang Kegel. A derrota da Primavera Árabe e a crise dos refugiados na Europa. Esquerda online, 2017 [online]. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2017/02/05/a-derrota-da-primavera-arabe-e-a-crise-dos-refugiados-na-europa/>>. Acesso em: 1 mar 2022.

BBC, 2021a. Afeganistão: a história de um país em ponto estratégico apelidado de 'cemitério de impérios'. BBC News Brasil [online]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57516844>>. Acesso em: 2 mar 2022.

BBC, 2021b. Tiros marcam últimos momentos da retirada dos EUA do Afeganistão. BBC News Brasil [online]. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58389871>>. Acesso em: 2 mar 2022.

CANCELLERIA, 2021. Declaración conjunta sobre lasituación de Afganistán. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto de Argentina [online]. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/declaracion-conjunta-sobre-la-situacion-de-afganistan>>. Acesso em: 6 mar 2022.

CHERUBIN, Hervil. Afghanistan and Haiti — 2 countries with too much in common. Devex, 2021 [online]. Disponível em: <<https://www.devex.com/news/opinion-afghanistan-and-haiti-2-countries-with-too-much-in-common-100635>>. Acesso em: 6 mar 2022.

DW, 2021. Protestos na Alemanha pedem refúgio para afegãos em risco. DW Brasil [online]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/protestos-na-alemanha-pedem-ref%C3%BAgio-para-afeg%C3%A3os-em-risco/a-58951381>>. Acesso em: 6 mar 2022.

FELDEN, Esther. O pesadelo dos deportados da Europa no Afeganistão. DW Brasil, 2021 [online]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/o-pesadelo-dos-deportados-da-europa-no-afeganist%C3%A3o/a-58993803>>. Acesso em: 6 mar 2022.

GOLDBAUM, Christina. Mais de 1 milhão de afegãos já deixaram o país desde a volta do Talibã. Folha de S. Paulo, 2022 [online]. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/mais-de-1-milhao-de-afegaos-ja-deixaram-o-pais-desde-a-volta-do-taliba.shtml>>. Acesso em: 20 fev 2022.

GOMES, Aurelio de Toledo. Do Colapso à Reconstrução: Estados Falidos, Operação de Nation-building e o caso do Afeganistão no pós-Guerra Fria. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 38.

LOS TIEMPOS, 2021. Bolivia expresa su preocupación por la situación en Afganistán. Los Tiempos [online]. Disponível em: <<https://www.lostiempos.com/actualidad/pais/20210816/bolivia-expresa-su-preocupacion-situacion-afganistan>>. Acesso em: 6 mar 2022.

MAINZLAND, Lindsay. The Taliban in Afghanistan. Council on Foreign Relations, 2021 [online]. Disponível em: <<https://www.cfr.org/background/taliban-afghanistan>>. Acesso em: 6 mar 2022.

MANZANO, Fabio. EUA concluem retirada das tropas do Afeganistão após 20 anos de ocupação. G1, 2021 [online]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/08/30/eua-concluem-retirada-das-tropas-do-afeganistao.ghtml>>. Acesso em: 5 mar 2022.

MARINS, Carolina. Temendo crise migratória, países relutam em aceitar refugiados afegãos. Uol Internacional, 2021 [online]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2021/08/21/afeganistao-refugiados-paises-europa-eua.htm>>. Acesso em: 6 mar 2020.

MUTAMBO, Aggrey. Kenyans in Afghanistan to be evacuated by employers, State says. The East African, 2021 [online]. Disponível em: <<https://www.theeastafrican.co.ke/tea/news/east-africa/you-re-on-your-own-kenyans-in-afghanistan-told-3516114>>. Acesso em: 6 mar 2022.

MUKHTAR, Ibrahim. Arab reactions vary on Taliban takeover in Afghanistan. Anadolu Agency, 2021. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/arab-reactions-vary-on-taliban-takeover-in-afghanistan/2339160>>. Acesso em: 6 mar 2022.

NAÇÕES UNIDAS, 2017. Conselho de Segurança: terrorismo é desafio para África Ocidental. Nações Unidas [online]. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2017/07/1591661-conselho-de-seguranca-terrorismo-e-desafio-para-africa-ocidental>>. Acesso em: 6 mar 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951, p.2. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

POLITIZE, 2017. Primavera Árabe: o que aconteceu no Oriente Médio? Politize [online]. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/primavera-arabe/>>. Acesso em: 16 fev 2022.

ROUSSINI, Maria Clara. Uma linha do tempo dos conflitos no Afeganistão. Super Interessante, 2021 [online]. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/uma-linha-do-tempo-dos-conflitos-no-afeganistao/>>. Acesso em: 18 jan2022.

RSP, 2021. Resolution on the situation in Afghanistan. European Parliament [online]. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2021-0453_PT.html>. Acesso em: 3 mar 2022.

SAKIB, Najmus. Bangladesh announces aid package for Afghanistan as crisis looms. Anadolu Agency, 2021 [online]. Disponível em: < <https://www.aa.com.tr/en/asia-pacific/bangladesh-announces-aid-package-for-afghanistan-as-crisis-looms/2452057>>. Acesso em: 6 mar 2022.

THE NOBEL PRIZE. Office of the United Nations High Commissioner for Refugees: Facts. The Nobel Prize, 2001 [online]. Disponível em: < <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/1954/refugees/facts/>>. Acesso em: 17 jan 2022.

UNHCR, 2020. History of UNHCR. UNHCR [online]. Disponível em:<<http://www.unhcr.org/history-of-unhcr.html>>. Acesso em: 04 mar. 2022.

UNHCR, 2021b. Afghanistan Situation Regional Refugee Preparedness and Response Plan. UNHCR [Online]. Disponível em: < <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/08/RRP-Afghanistan-4-pager-Summary-of-Plan-27082021.pdf>>. Acesso em: 28 fev 2022.

URIBE, Sammy Johan Palomino. México pidió a la comunidad internacional aliarse para hacer frente a la situación de seguridad en Afganistán. Anadolu Agency, 2021 [online]. Disponível em: < <https://www.aa.com.tr/es/mundo/m%C3%A9xico-pidi%C3%B3-a-la-comunidad-internacional-aliarse-para-hacer-frente-a-la-situaci%C3%B3n-de-seguridad-en-afganist%C3%A1n-/2337291>>. Acesso em: 6 mar 2022.